



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Sindicato consegue suspender cobrança de contribuição previdenciária retroativa

Por decisão judicial, o Iprev (Instituto de Previdência do DF) está impedido de cobrar valores relativos à contribuição previdenciária dos meses de novembro e dezembro de 2020 dos inativos e pensionistas representados pelo Sindireta. O sindicato entrou na Justiça contra a decisão anunciada pelo instituto, de que faria o recolhimento da diferença decorrente do aumento da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%. Por uma falha do governo, a cobrança só foi aplicada aos servidores ativos, deixando os aposentados e pensionistas de fora nesses dois meses. A cobrança, com juros, daria, em média, R\$ 2.287,30 por pessoa. Um total de R\$ 139,9 milhões. A decisão abrange 10 mil aposentados representados pelo Sindireta.

De forma definitiva

O Sindicato dos Auditores de Atividades Urbanas do DF (Sindafis) também conseguiu barrar na Justiça a cobrança anunciada pelo Iprev-DF. “Ingressamos com a ação para resguardar o direito dos nossos aposentados e pensionistas e conseguimos uma decisão liminar favorável. Acredito que a Justiça seguirá este entendimento de forma definitiva”, avaliou a presidente do Sindafis, Christiane Pignataro.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



GOMEN

Projeto veda cobrança

Além disso, o vice-presidente da Câmara Legislativa, Ricardo Vale (PT), apresentou um projeto de lei que veda a cobrança. O GDF deu uma alternativa de fazer o desconto em 60 vezes, mas o distrital insiste na aprovação da matéria. O projeto deve ser discutido na próxima semana.

Cidadão de Brasília

O ministro Antônio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi homenageado, ontem, com o título de cidadão honorário de Brasília, em solenidade na Câmara Legislativa. A honraria é uma iniciativa do deputado Chico Vigilante (PT), em conjunto com os ex-deputados Arlete Sampaio e Agaciel Maia, que exerciam o mandato em 2022. O ministro nasceu em São Paulo, em 1957. Durante 32 anos, atuou na Caixa Econômica Federal, sendo mais de 27 anos como advogado da instituição. Em 2011, Antônio Carlos foi nomeado para o STJ pela presidente Dilma Rousseff, para ocupar vaga do quinto constitucional da advocacia.

Divulgação



Divulgação



Ministro Cláudio Brandão lança nova obra

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) sediou, ontem, o prestigiado evento de lançamento do livro *Reclamação Constitucional no Processo do Trabalho*, de autoria do ministro Cláudio Brandão. Na foto, o autor ladeado pela esposa, Esther Brandão, e pelos advogados Raul Sabóia, Marcelo Feitosa Campelo e Felipe Brandão.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Justiça determina remoção de postagem de Cappelli

A Justiça do DF determinou que o presidente da ABDI, Ricardo Cappelli, remova uma publicação de suas redes sociais, na qual critica a atuação da Coopercam — Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos e Passageiros em Geral Ltda —, associando a entidade à vice-governadora Celina Leão (PP). Na ação por danos morais, ajuizada pela Coopercam, há um pedido de tutela antecipada para que a postagem seja retirada do ar. O juiz Hilmar Castelo Branco Raposo Filho, da 21ª Vara Cível, acatou o pedido e determinou a suspensão do conteúdo, sob pena de multa diária de R\$ 500, limitada a R\$ 10 mil.

Gustavo Moreno/STF



Escolas podem abordar questões de gênero

Recado para parlamentares de direita: leis contra a abordagem de questões de gênero nas escolas não passam no Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte invalidou, ontem, leis dos municípios de Tubarão (SC), Petrolina e Garanhuns (PE) que proibiam esses temas. Por unanimidade, o plenário entendeu que as leis municipais violaram a competência privativa da União para estabelecer normas gerais sobre educação, além de veicularem conteúdo discriminatório. A proibição do tema, para o Tribunal, viola os valores constitucionais da educação e da liberdade de ensinar e aprender. “Não há verdadeira educação quando o medo substitui a reflexão. Não há emancipação pela educação quando a liberdade de ensinar dos professores e professoras não é assegurada”, afirmou o presidente do STF, Edson Fachin.

Combate ao crime organizado pelo esgotamento financeiro

A Justiça bloqueou mais de R\$ 410 milhões de bens e recursos relacionados a organizações criminosas neste ano, em decorrência de operações realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), por meio do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Decor). O montante inclui imóveis, veículos, dinheiro em espécie e ativos bloqueados em contas bancárias, resultado de operações integradas de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e à atuação de facções no Distrito Federal. No mesmo período de 2024, o bloqueio foi de quase R\$ 184 milhões. O resultado reflete o trabalho de inteligência financeira e articulação interinstitucional desenvolvido pelo Decor, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Receita Federal e outros órgãos de controle e fiscalização.



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FISCALIZAÇÃO/ Com aumento de 65% nas ocorrências envolvendo estabelecimentos de estética no DF, Vigilância Sanitária e outros órgãos de fiscalização identificaram falhas no cumprimento das normas de segurança e qualidade

Clínicas e remédios na mira

» ANA CAROLINA ALVES

O número de denúncias a clínicas de estéticas do Distrito Federal disparou em 2025: foram 134 queixas, um aumento de 65% em relação às 81 denúncias em 2024, segundo a Vigilância Sanitária do Distrito Federal. Por isso, a pasta intensificou a fiscalização nos estabelecimentos e, em menos de 24 horas desta semana, dois empreendimentos do setor de beleza e estética foram interditados por irregularidades sanitárias e suspeita de colocar em risco a saúde dos consumidores. As ações, conduzidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pela Diretoria de Vigilância Sanitária (Divisa) e pela Polícia Civil do DF (PCDF), identificaram falhas graves no cumprimento das normas de segurança e qualidade.

No início da semana, uma fábrica de cosméticos naturais teve as atividades suspensas após inspeção que apontou “falhas críticas” e ausência de procedimentos exigidos pelas normas sanitárias vigentes. A medida determinou o recolhimento de todos os produtos fabricados pela marca e a interdição do local. No dia seguinte, uma clínica de emagrecimento, localizada no Plano Piloto, foi fechada após denúncia de que aplicava medicamentos corrompidos em clientes. No estabelecimento, os fiscais apreenderam substân-

Sandro Araújo/Agência Saúde DF



Vigilância Sanitária intensifica fiscalização em clínicas de estética

cias como tizarpatida, semaglutida e testosterona — usadas em tratamentos de emagrecimento e reposição hormonal — sem comprovação de origem e armazenadas de forma inadequada. O responsável não apresentou licenças sanitárias nem documentos que comprovassem a regularidade dos produtos, o que levou à interdição imediata.

As ocorrências acendem um alerta sobre a proliferação de estabelecimentos que atuam na área da estética sem seguir normas básicas de segurança. De acordo com a esteticista Amanda Capurro, sócia da Clínica Nilo Estética Avançada, os principais

riscos à saúde em estabelecimentos irregulares estão ligados à falta de higiene, ao uso de produtos de procedência duvidosa e à atuação de profissionais sem qualificação. “Os riscos mais comuns incluem infecções pelo uso de materiais não esterilizados, reações alérgicas a produtos inadequados, lesões por equipamentos mal calibrados, cicatrizes permanentes e até complicações vasculares graves”, explica.

“Cremes ou cosméticos sem registro podem conter ácidos, corticoides ou metais pesados em concentração inadequada, provocando dermatite, queimaduras quí-

micas e erupções na pele. Sinais de alerta incluem ardor, prurido, vermelhidão, placas ou manchas, e alterações na textura da pele. Ao identificar qualquer reação, o uso deve ser interrompido imediatamente e é fundamental buscar avaliação médica”, orienta a dermatologista Vivian Amaral.

Segundo dados da Anvisa, de 2018 a 2023, os serviços de estética e embelezamento foram os mais denunciados à agência, representando 61,3% das queixas registradas. A especialista em harmonização facial Fernanda Camarte reforça que os problemas podem ser evitados com medidas simples, mas essenciais. “É fundamental buscar profissionais qualificados e registrados, verificar a procedência dos produtos utilizados, exigir protocolos de esterilização rigorosos e certificar-se de que o estabelecimento possui alvará sanitário atualizado e equipamentos devidamente certificados pela Anvisa”, orienta. “Em uma clínica segura, a biossegurança deve ser prioridade, incluindo a esterilização adequada dos materiais, higienização de superfícies entre os atendimentos, descarte correto de resíduos e uso exclusivo de produtos registrados e originais”, conclui.

A população pode colaborar denunciando clínicas suspeitas por meio da ouvidoria da Secretaria de Saúde, pelos canais on-line, telefone 162 ou atendimento presencial.

Árvore cai sobre veículos

CBMDF



Uma árvore de grande porte caiu, ontem à tarde, sobre quatro carros estacionados em frente ao Centro de Saúde da 115 Norte. Segundo o Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) nenhum pedestre ou passageiro estava próximo ao local no momento do acidente, e não houve vítimas. A corporação recomenda que os motoristas evitem estacionar veículos próximos a árvores durante períodos de chuvas e ventos fortes. A partir de hoje, os brasilienses devem ter uma pausa nas chuvas, que se estenderá até o fim de semana. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a temperatura nesta quinta-feira deve variar 19°C a 29°C, com poucas nuvens e ventos fracos e moderados. A umidade deve ficar entre 75% a 35%. Amanhã, o clima deve se manter com mais nuvens, mas sem expectativa de chuva. A partir de sábado, a capital deve observar chuvas isoladas, e, no domingo, um dia de muitas nuvens, pancadas de chuvas e trovoadas isoladas.